

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Mateus Corazza Neto

A guerra na Ucrânia: uma leitura da teoria realista e das explicações
teóricas para a guerra

War in Ukraine: A reading from the realist theory and theoretical
explanations for war

DOURADOS

Julho, 2024

Mateus Corazza Neto

A guerra na Ucrânia: uma leitura da teoria realista e das explicações
teóricas para a guerra

War in Ukraine: A reading from the realist theory and theoretical
explanations for war

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora da Universidade Federal da
Grande Dourados como pré-requisito para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Boti Bernardi

DOURADOS

Julho, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C788g Corazza Neto, Mateus

A guerra na Ucrânia: uma leitura da teoria realista e das explicações teóricas para a guerra [recurso eletrônico] / Mateus Corazza Neto. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Bruno Boti Bernardi.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Estado. 2. Guerra. 3. Paradigma. 4. Neorrealismo. 5. Poder. I. Bernardi, Bruno Boti.
II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 03 de julho de 2024, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Mateus Corazza Neto** tendo como título "A GUERRA NA UCRÂNIA: uma leitura da teoria realista e das explicações teóricas para a guerra".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Bruno Boti Bernardi (orientador), Dr. Tomaz Espósito Neto (examinador) e Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho (examinador). Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

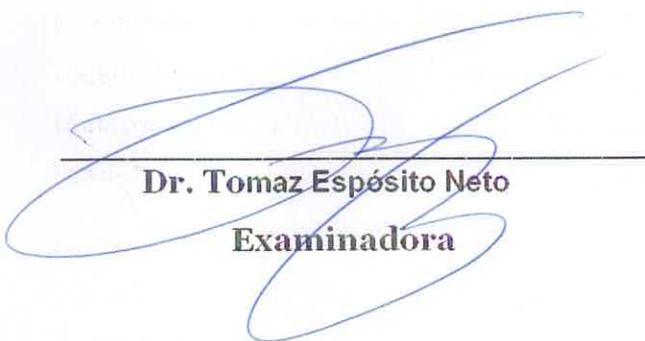
Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Dourados/MS, 03 de julho de 2024



Dr. Bruno Boti Bernardi
Orientador


Dr. Tomaz Espósito Neto
Examinadora


Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho
Examinador

“O FATO TRISTE É QUE A POLÍTICA INTERNACIONAL SEMPRE SERÁ ALGO IMPIEDOSO E PERIGOSO, E É PROVÁVEL QUE CONTINUE ASSIM.”

John Mearsheimer

The Tragedy of Great Power Politics

AGRADECIMENTOS

A Deus (YHWH), que até aqui nos tem ajudado em tudo.

À minha família, em especial à minha mãe Glaucia Neme Corazza, que durante todo o meu trajeto acadêmico me prestou total apoio e me ajudou a passar por todos os obstáculos, ainda que nos momentos mais difíceis.

À Universidade Federal da Grande Dourados, pelo ensino e pela qualidade do ensino, além da possibilidade de convívio acadêmico, seja na querida Faculdade de Direito e Relações Internacionais (FADIR/UFGD), seja na segunda unidade onde estão presentes os demais cursos, além da possibilidade de interdisciplinaridade com o curso de matérias com outros cursos em matérias eletivas. Aos professores, que de forma profissional e com muita qualidade, ministraram as matérias e nos trouxeram o aprimoramento acadêmico e os professores avaliadores que compõem a banca de avaliação do presente trabalho.

Aos amigos que foram parte do meu convívio nos últimos anos, sejam os amigos da cidade de onde sou natural, Valparaíso/SP, sejam meus amigos e a minha namorada que residem em Dourados e que foram de grande apoio em todo o meu trajeto enquanto um ser humano, nas palavras de Aristóteles, um ser social. Em separado, à minha namorada Milena que fez parte dos meus últimos meses, com quem eu tive e pretendo continuar tendo momentos incríveis.

Por fim, reitero meu agradecimento a todos que fizeram parte da minha jornada, inclusive ao professor Bruno, que com sua alta habilidade de transmitir conhecimento me despertou com suas matérias ministradas, principalmente Teoria das Relações Internacionais II, o interesse à pesquisa na área em que se discorreu o presente trabalho.

Foram bons e marcantes momentos da minha vida e que venham muitos mais.

Resumo

O presente trabalho busca analisar os eventos que se discorreram no continente europeu e eclodiram na invasão russa ao país da Ucrânia, com foco especial aos eventos que se discorreram no momento posterior ao início da guerra. Todos os supostos e a base explicativa se dão em torno da teoria (neo)realista das Relações Internacionais, com explicações elementares sobre o paradigma realista baseada na corrente realista ofensiva (MEARSHEIMER, 1994, 2001), além do uso da base conceitual de outras vertentes constituintes do paradigma e de conceitos trazidos pelas mesmas (WALTZ, 1979, BATISTELLA, 2014). Diante da invasão e do choque geopolítico trazido não somente ao velho continente mas ao mundo, será discutido primordialmente com os Estados se comportam nas situações de busca de maximização de poder e de ameaça às suas fronteiras, principalmente terrestres, demonstrando também com imagens como se discorrem os eventos que antecederam a guerra e quais seus efeitos econômicos e na estrutura de poder das principais potências do planeta. Tudo isso dito, terminaremos discorrendo sobre os possíveis rumos da guerra e das relações constantes entre os Estados e atores no sistema internacional e quais são as forças disponíveis aos lados opostos do conflito.

Palavras-chave: guerra; Ucrânia; neorealismo; Estado; poder; paradigma; meios materiais.

Abstract

The present work seeks to analyze the events that occurred in the European continent and culminated in the Russian invasion of Ukraine, with a special focus on the events that unfolded after the war began. All assumptions and the explanatory basis revolve around the (neo)realist theory of International Relations, with elementary explanations of the realist paradigm based on the offensive realist theory (MEARSHEIMER, 1994, 2001), as well as the conceptual framework of other branches constituting the paradigm and concepts brought by them (WALTZ, 1979, BATISTELLA, 2014). Given the invasion and the geopolitical shock brought not only to the old continent but to the world, the primary discussion will center on how states behave in situations of power maximization and threats to their borders, particularly land borders. The discussion will also demonstrate through images the events that preceded the war and their economic effects and the impact on the power structure of the world's main powers. With all this said, we will conclude by discussing the possible directions of the war and the ongoing relationships between states and actors in the international system, and what forces are available to the opposing sides of the conflict.

Keywords: war; Ukraine; neorealism; state; power; paradigm; material means.

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Problema	9
1.2 Escopo e objetivos	9
1.3 Argumentos Centrais	9
1.4 Justificativas acadêmica e social	10
1.5 Metodologia e fontes	10
1.6 Marco teórico	11
2. CAPÍTULO 1: Ideias elementares do paradigma realista	12
2.1 Ator fundamental: Estado	12
2.2 Sistema internacional: anarquia	14
2.3 Estruturalismo teórico	14
2.4 Rivalidade entre as potências	17
2.5 Princípio da auto-ajuda	17
2.6 Poder e meios materiais	18
2.7 O poder limitante da água	20
2.8 Contenção de potenciais inimigos	21
2.9 Potências revisionistas	23
2.10 Funcionamento das organizações internacionais	25
3. CAPÍTULO 2: Aplicações práticas à teoria	27
3.1 Aplicação teórica	27
3.2 Impacto econômico da guerra	27
3.3 Impacto nas organizações internacionais	28
3.4 Análise da geografia como limitante geopolítica	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os prováveis rumos da guerra	39
REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

A eclosão da Guerra da Rússia contra Ucrânia em fevereiro de 2022 trouxe uma nova conjuntura para o cenário internacional. O avanço russo ao leste afetou os países europeus tanto economicamente quanto em questões de segurança e existência militar, reacendendo temas como as causas sistêmicas dos conflitos e por que os mesmos ocorrem. As teorias realistas nos ajudam a entender esse cenário e a discorrer de maneira quase sistematizada sobre os motivos e fatores que são responsáveis pelo conflito no conjunto das dinâmicas das relações entre os dois países. O avanço da OTAN em direção às proximidades das fronteiras russas será evidenciado com uma discussão sobre como a teoria realista pode ser aplicada aos fatos concretos que se desenvolveram até a eclosão da guerra em 2022.

Em todos os casos, a invasão russa constitui uma violação clara do direito internacional, atentado contra o artigo nº5 do Estatuto de Roma, que determina a agressão a um país soberano como um crime internacional a ser julgado pela competência do Tribunal Penal Internacional, além da existência de acusação de cometimento dos demais crimes pelas ações russas, categorizados conforme o tratado. São esses os crimes contra a humanidade, crime de genocídio e crimes de guerra, de acordo com o exposto pelos artigos de nº5, nº6, nº7 e nº8 do mesmo estatuto (ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, 1998). Todavia, no presente trabalho não assumiremos posição ou trataremos de questões jurídicas ou morais sobre a guerra, nem buscaremos responder se a ação russa é uma ação justificável ou não, seja no que se refere ao direito internacional, seja em relação aos regimes ou regras de organizações internacionais estabelecidos. Assim, apenas elencaremos as ideias neorrealistas aplicáveis ao contexto e analisaremos os fatos concretos e objetivos, sem tomar posição de “certo ou errado” quando falamos do conflito e de suas consequências ou antecedentes.

1.1 Problema

Diante desse cenário, este presente trabalho buscará evidenciar a resposta para a seguinte pergunta: quais as principais proposições realistas e quais os principais pontos a serem entendidos sobre esse paradigma das Relações Internacionais, principalmente no que se refere à guerra da Rússia contra a Ucrânia? Quais ideias realistas podem ser usadas para explicar a eclosão dessa guerra e quais ideias explicariam o que teria levado a Rússia a tomar a decisão da invasão?

1.2 Escopo e objetivos

Isto posto, o escopo deste trabalho buscará se basear na análise de conceitos realistas e neorrealistas, com as principais ideias dessas abordagens no que tange a conflitos. Para tanto, o trabalho terá os seguintes objetivos específicos: a) evidenciar as ideias neorrealistas e seus principais autores; b) demonstrar como esse paradigma explica o conflito e; c) demonstrar como o paradigma pode ser usado para explicar a invasão russa que eclodiu na guerra da Ucrânia.

1.3 Argumentos Centrais

Os argumentos centrais a serem discutidos se originam no campo teórico realista. As ideias realistas (realistas ou neorrealistas) se baseiam em uma visão pessimista das relações internacionais (MEARSHEIMER, 1994, p. 9), sempre evidenciando a constante possibilidade de conflito e afirmando que a estrutura anárquica do sistema internacional afeta diretamente o funcionamento das relações entre Estados (MEARSHEIMER, 2001, p. 17), seja de modo permissivo, seja de modo determinante. Isso posto, as ideias realistas enxergam os conflitos como uma consequência natural da dinâmica do sistema internacional, formado por atores egoístas e que baseiam suas ações em seus interesses próprios e tenderiam à violência quando isso se mostrasse proveitoso e os ganhos superassem os custos (MEARSHEIMER, 2001, p. 37). Todos os argumentos se baseiam no pressuposto da busca de um Estado (a exemplo da Rússia) pela maximização de seu poder, buscando

defender seus interesses em função da existência de um poder rival e potencialmente devastador (MEARSHEIMER, 2001, p. 37).

1.4 Justificativas acadêmica e social

A presente pesquisa se justifica pelos seguintes aspectos: a) a justificativa acadêmica se baseia na baixa disponibilidade de material em português sobre o tema em específico, a possibilidade de progresso do paradigma dominante nas Relações Internacionais e apresentação dos principais conceitos do paradigma.

Já a justificativa social se dá por conta da importância de explicar um conflito de grande impacto social, econômico e de política internacional que impacta diretamente na vida da população brasileira e de grande parte do mundo.

1.5 Metodologia e fontes

Nessa pesquisa, optou-se pela metodologia qualitativa, no sentido da obtenção de dados sobre as capacidades materiais (militares e econômicas) das maiores economias e potências militares envolvidas no conflito (WORLD BANK, 2024; GLOBAL FIRE POWER, 2024). Houve a coleta de dados quantitativos sobre os dois países diretamente envolvidos na guerra, Rússia e Ucrânia, além de informações sobre as principais potências militares do principal rival russo na Europa: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN, s. d.). A metodologia dedutiva será usada no presente artigo, pois serão evidenciados autores e linhas conceituais paradigmáticas que tenderão a criar (quase) leis gerais, e as aplicaremos no caso específico aqui tratado, realizando um exercício de análise qualitativa de estudo de caso.

Já as fontes escolhidas foram: autores e livros sobre o assunto e sobre as Relações Internacionais (MEARSHEIMER, 1994; 2001; WALTZ, 1979; BATTISTELLA, 2014), tratando especificamente do tema ou de um tema mais amplo, o qual aplicaremos ao nosso estudo de caso. Também utilizaremos dissertações e teses encontradas em repositórios acadêmicos de universidades, além de artigos sobre o assunto. Por fim, utilizaremos dados de sites oficiais e reconhecidos, como o site oficial

da OTAN (OTAN, s. d.), revistas especializadas e sites com dados oficiais como do Banco Mundial (WORLD BANK, 2024).

1.6 Marco teórico

O marco teórico da nossa pesquisa se baseará nas perspectivas realistas de segurança internacional (BUZAN;HANSEN, 2012), na perspectiva neorrealista com ênfase para a corrente neorrealista ofensiva (WALTZ,1979; MEARSHEIMER, 2001), os supostos do estado de natureza conflituoso (HOBBS, 1945) e os conceitos de Estado enquanto ente existente na sociedade (WEBER, 2020) . Além da presente introdução, a pesquisa será dividida em outros dois capítulos, seguidos das considerações finais.

O primeiro demonstrará os principais conceitos do realismo teórico e do neorrealismo bem como o comportamento dos agentes no sistema internacional (WALTZ,1979; MEARSHEIMER, 2001), também evidenciando o principal agente para a teoria (BATTISTELLA, 2014, p. 108) e os conceitos de soberania e de funcionamento característico do Estado (; WALTZ,1979; DALLARI, 2011; WEBER, 2020).

O segundo capítulo buscará demonstrar as opções viáveis de explicação para a guerra oferecidas pelo realismo, além de como o poder material, principalmente terrestre, impacta diretamente nas relações entre os Estados e quais as visões neorrealistas sobre o funcionamento de organizações internacionais, como a OTAN (MEARSHEIMER, 1994; 2001).

As considerações finais trarão uma perspectiva de possíveis rumos que o equilíbrio de poder na Europa e em todo o sistema internacional podem seguir, com a exposição de dados sobre os lados envolvidos direta e indiretamente no conflito, além dos possíveis eventos que se sucederão em um possível choque entre os russos e os integrantes da OTAN, seja a nível nuclear, seja a nível de forças convencionais.

2. CAPÍTULO 1: Ideias elementares do paradigma realista

Para compreendermos as relações internacionais e como elas se desenvolvem, se faz necessária a compreensão de teorias e marcos teóricos que foram se formando e evoluindo com o passar do tempo. Dentre os paradigmas do estudo dessas relações, o principal deles desde a Segunda Guerra é a corrente realista (BATTISTELLA, 2014, p. 107). O realismo nos apresenta um cenário cético e desesperançoso sobre as interações dos Estados no sistema internacional e teoriza uma busca incessante nas quais os Estados estariam engajados, sempre na tentativa de tirar vantagens e estarem à frente uns dos outros, restando assim aos mesmos desconfianças e poucos motivos para confiança recíproca (MEARSHEIMER, 1994, p.9).

Essa corrente paradigmática tem como seu ator central e de relevância exclusiva o Estado soberano (WALTZ, 1979, p. 95; BATTISTELLA, 2014, p. 108-109). Os Estados interagem em um cenário anárquico, ou seja, sem um governo central que lhes proteja uns dos outros e os próprios governos nunca podem estar certos de que seus pares não usarão de força militar ou de suas capacidades ofensivas contra eles (MEARSHEIMER, 1994, p.10). O Estado não é e nunca teria sido o único ator do sistema internacional, todavia seria o único ator com relevância e o único determinante para a estrutura, pois a estrutura não é definida por todos os atores que atuam dentro da mesma, mas somente pelos principais (WALTZ, 1979, p. 93).

Para podermos compreender então como essa corrente de pensamento entende as relações internacionais, inicialmente trataremos do que se constitui o principal ator das interações no sistema internacional, o já citado Estado soberano.

2.1 Ator fundamental: Estado

Os conceitos para definir Estado são de sobremaneira variados e podem existir mais de cem definições do que constituiria esse ente (DALLARI, 2011, p. 102). Contudo, a definição que usaremos (WEBER, 2020, p. 7) é a mesma em que se baseia a corrente neorrealista em seu entendimento dos conceitos que diferenciam o cenário interno, controlado pelo Estado, do cenário internacional (externo) anárquico e sem controle central (WALTZ, 1979, p. 103-105). O conceito então definido por Weber (2020, p. 7)

define o Estado como “a única comunidade humana que, no interior de um determinado território – e esse elemento “território” lhe pertence de modo característico –, requer para si (com sucesso) o monopólio da violência física legítima”. Ou seja, o Estado é o único agente em determinado local que pode exercer o uso da força física de modo legítimo, sendo a legitimidade entendida como a capacidade estatal de organizar a população visando a prevenir e conter o uso particular da violência por parte dos indivíduos integrantes da sociedade (WALTZ, 1979, p. 103-104).

Com isso, fica evidente que o Estado então é o detentor de soberania, tendo a característica de poder exercer a capacidade coercitiva de modo incontestável em seu território (DALLARI, 2011, p. 72). Desse modo, o Estado é o responsável por impedir o estado de guerra que seria inerente aos homens em seu estado de anarquia, de igual modo à anarquia entre os Estados nas relações internacionais (WALTZ, 1979, p. 102).

Esclarecidas as características principais e o modo de ação do Estado em seu território, enquanto ente de ação internacional, adotaremos a visão hobbesiana que nos permite entender o Estado nacional como uma figura unitária à qual é cedido poder por parte da população de modo que essa personificação possa representar as pessoas em ações que digam respeito à paz e à segurança comuns da sociedade (HOBBS, 1945, p. 115). Tal entidade seria então destinada não somente a proteger os integrantes da comunidade de agressões internas, mas defender aquele grupo de pessoas de agressões externas de outros Estados e grupos (HOBBS, 1945, p. 115). Hobbes então defendia que os seres humanos precisavam de uma entidade soberana para os proteger, pois os indivíduos têm a necessidade de dormir para sobreviver, ficando assim vulneráveis durante o sono e criando a imperiosidade da existência do soberano que os garantisse a segurança (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 56).

Com todos esses conceitos dispostos, podemos então entender que o Estado é o ente que detém o monopólio do uso da força através de seus agentes organizados em dado território, de modo a exercer soberania, criando um cenário de proteção para os seus integrantes, não só estabelecendo a ordem local, mas também uma barreira de segurança contra ameaças exteriores (HOBBS, 1945, p. 115; WALTZ, 1979, p. 103-104; DALLARI, 2011, p. 72; WEBER, 2020, p. 7).

Tal disposição e características intrínsecas ao Estado gerariam choque entre os mesmos, causando um ambiente de insegurança e medo, no qual os Estados a todo momento não podem estar certos nem confiar uns nos outros (MEARSHEIMER, 2001, p. 3).

2.2 Sistema internacional: anarquia

O estado de anarquia em que se encontram as interações entre os Estados seria, como citado, um estado de constante possibilidade de guerra, todavia não um estado de caos e conflito absolutos, em que a todo momento os Estados guerrearão uns contra os outros. Há então uma frágil cooperação com a competição de poder variando caso a caso e de interação em interação, sendo desse modo a cooperação limitada pela disputa e busca constante de poder entre os Estados - poder que resultaria em mais chance de sobrevivência (MEARSHEIMER, 1994, p 9).

O conceito inicial para entendermos a anarquia é o fato da mesma ser composta de descentralidade (WALTZ, 1979, p. 88) e de que ela constringe os Estados a competirem pelo poder que lhes assegurará a sobrevivência (MEARSHEIMER, 2001, p. 3). A anarquia faz ainda com que os Estados nunca possam ter certeza das intenções uns dos outros, gerando um temor entre todos tendo em vista que todos os Estados do sistema internacional (e não somente as grandes potências) têm capacidade ofensiva e de causar danos mútuos (MEARSHEIMER, 2001, p. 3).

Com todos esses conceitos dispostos, fica possível evidenciar que o sistema internacional é composto de dois fatores: uma estrutura e unidades em interação (WALTZ, 1979, p. 79). Conforme demonstrado até agora, a estrutura onde há a interação é o sistema internacional anárquico (MEARSHEIMER, 1994, p. 10) e a unidade fundamental a interagir para os realistas é o Estado (BATTISTELLA, 2014, p. 109).

2.3 Estruturalismo teórico

Outro princípio fundamental do realismo contemporâneo se dá em torno do impacto comportamental do sistema sem governo central onde os Estados interagem. A estrutura anárquica constrangeria os Estados a agir de modo agressivo e de maneira a priorizar seu poder e, conseqüentemente, sua capacidade de sobrevivência, sendo esse o objetivo máximo do Estado (MEARSHEIMER, 1994, p. 10). Isso faria então com que os Estados se comportem como atores racionais que devem maximizar seu ganho relativo sobre os outros, inclusive indo à guerra se o cenário parecer favorável e a vitória provável (MEARSHEIMER, 1994, p. 10-12).

Todos esses fatores fazem com que os Estados não sejam apenas competidores uns dos outros, nem apenas se comportem em termos de competição econômica. Uma vez que as guerras podem ser custosas em termos militares e causar massacres em termos de vida de civis, os Estados são tidos uns pelos outros como inimigos potencialmente mortais (MEARSHEIMER, 1994, p. 11). Tudo isso faz com que os Estados tenham a tendência de buscar ter mais poder do que seus potenciais inimigos e incita os mesmos a objetivar aumentar cada vez mais sua parcela do poder mundial (MEARSHEIMER, 2001, p. 58). Nesse cenário, potências com grande parcela de poder em relação a suas rivais são mais inclinadas a agir agressivamente em comparação a potências com vantagem relativa menor, que buscam apenas estabelecer um equilíbrio de poder contra as outras potências mais poderosas (MEARSHEIMER, 2001, p. 37).

O fato de operarem em um sistema anárquico e sem poder ter certeza da intenção de outros Estados faz com que as potências temam umas às outras, criando assim um panorama onde sempre existirá um nível, no melhor dos casos, mínimo de medo, sendo que esse temor nunca será extinto (MEARSHEIMER, 2001, p. 43). Todavia, existirão fatores que farão com que esse medo seja mais ou menos acentuado e o fator chave para entendermos essa variação se dá em torno da quantidade de poder que determinada potência detém e do quanto uma potência adversária pode ser prejudicada pela mesma em caso de ataque, elevando ou diminuindo assim o nível de risco que um Estado pode oferecer a outro. De modo simples, quanto mais capacidades de poder um Estado possuir, mais medo ele imporá a seus rivais (MEARSHEIMER, 2001, p. 43).

Para compreendermos como o poder afeta o modo de funcionamento do sistema internacional, primeiro trataremos o conceito de poder. Para o realismo, o poder se

basearia na quantidade de meios materiais e de meios tangíveis que um Estado possui, como a quantidade de tanques e tropas que o Estado detém (MEARSHEIMER, 2001, p. 55). Para travar guerras, os Estados necessitam de pessoal, dinheiro e tecnologia, não ficando o poder total restrito somente às capacidades militares diretas do mesmo. Porém, em última instância isso ocorre sim, e o poder efetivo de que um país dispõe é o quanto ele possui de forças militares e como essas forças se comparam com as de outros Estados (MEARSHEIMER, 2001, p.55). A capacidade de meios militares, vale ressaltar, para a corrente realista, ocorre na primazia dos meios terrestres, pois, ainda que a força aérea e naval possa prestar suporte, o poder terrestre em grande parte é determinante do poder que cada grande potência possui. Os Estados mais poderosos então são os que possuem os melhores meios militares terrestres (MEARSHEIMER, 2001, p. 56).

Mesmo com a primazia do poder terrestre, existe outro fator a se considerar: as armas nucleares. Para a corrente realista, as armas nucleares são uma revolução sem precedentes pela sua capacidade de causar um nível muito elevado de danos em um pequeno espaço de tempo (MEARSHEIMER, 2001, p. 128). Qualquer Estado que alcance a superioridade nuclear se tornaria a única superpotência do sistema, pois a capacidade de poder relativo que aquela potência viria a deter seria extrema. A superioridade nuclear existe em uma situação em que uma potência detém a capacidade de destruir uma outra sociedade sem medo de uma grande retaliação por parte dessa sociedade. Já em um sistema com mais de uma potência nuclear, esse grande abismo de poder se daria em torno da capacidade de desativar as bombas nucleares da potência concorrente, seja executando um ataque inicial de proporções elevadas ou adquirindo a capacidade de se defender de ataques com armas de destruição em massa. Em todo caso, essa assimetria de poder não seria alcançada caso uma parcela significativa do arsenal inimigo sobrevivesse e dessa forma o Estado rival fosse capaz de impor uma resposta massiva em relação ao Estado com o maior arsenal (MEARSHEIMER, 2001, p. 129-130).

Com tudo isso, em um mundo onde há a certeza de “destruição mútua assegurada” entre as potências, o nível nuclear é extremamente estável, pois não existem incentivos para qualquer potência iniciar uma guerra nuclear impossível de vencer (MEARSHEIMER, 2001, p. 130), sendo assim expresso na ideia que

“Um mundo de MAD [mutual assured destruction] é altamente estável no nível nuclear, porque não há incentivo para qualquer grande potência iniciar uma guerra nuclear que não possa vencer; na verdade, tal guerra provavelmente levaria à sua destruição como sociedade funcional.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 130, tradução nossa).

2.4 Rivalidade entre as potências

O cenário pós-Guerra Fria foi marcado pela esperança de que a paz genuína havia chegado ao sistema internacional e que as grandes potências não se veriam mais como rivais. Um cenário onde haveria poucas chances de uma competição por segurança, e menos ainda de que as nações proeminentes entrassem em guerra, sugerindo que todos os países haviam se tornado membros de uma comunidade familiar de nações (MEARSHEIMER, 2001, p. 1).

Todavia, dizer que a disputa por segurança e a guerra entre as potências foi eliminada do sistema internacional é uma afirmação errônea. Ainda que uma guerra entre elas não necessariamente vá acontecer, o fato se dá em torno de que a ameaça de guerra permanece (MEARSHEIMER, 2001, p. 1-2).

Mesmo com o fim da Guerra Fria “[o] fato triste é que a política internacional sempre será algo impiedoso e perigoso, e é provável que continue assim” (MEARSHEIMER, 2001, p. 2, tradução nossa), com as potências continuando a objetivar alcançar o posto de hegemonia, ou seja, chegar a um cenário onde aquele país seja a única potência do sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001, p. 2).

Em todo caso, como nenhum país está perto ou é provável de alcançar a hegemonia, o sistema internacional continua fadado a contemplar a competição entre as grandes potências por tempo ainda indeterminado (MEARSHEIMER, 2001, p. 2).

2.5 Princípio da auto-ajuda

Outro princípio inerente à teoria realista se baseia na ideia do princípio da auto-ajuda, pois o sistema anárquico no qual os Estados interagem é regido por essa premissa fundamental (WALTZ, 1979, p. 104). Essa característica inerente ao sistema

se baseia no fato de que os Estados não têm outro agente a quem recorrer em caso de ataque, e não existe um número de emergência a ser chamado em caso de agressão por parte de seus pares, fazendo assim com que cada Estado dependa apenas de si mesmo em caso de uma violação de sua soberania (MEARSHEIMER, 2001, p. 33).

Tudo isso faz com que os Estados ajam também de modo a maximizar sua segurança, se vendo como agentes solitários e sós, que buscam ter então meios materiais que lhes garantam a sobrevivência (MEARSHEIMER, 2001, p.33). Em todo caso, a vantagem está com quem se preocupa consigo mesmo: “[n]a política internacional, Deus ajuda aqueles que se ajudam” (MEARSHEIMER, 2001, p. 33, tradução nossa).

Com todo esse cenário de egoísmo provável, as alianças militares se dão apenas como acordos e arranjos temporários, pelos quais os Estados se arranjam quando é conveniente. No trágico jogo da política internacional, o país que se constituiu seu parceiro hoje, no dia de amanhã, pode se tornar seu inimigo e, por conveniência, também seu inimigo pode se tornar seu aliado (MEARSHEIMER, 2001, p. 33).

Tudo isso determina o modo de ação do Estado, que age de modo egoísta e de acordo com seu próprio interesse, não subordinando o mesmo aos interesses de outros Estados, e não permitindo assim a estruturação do direito comunitário. Todo esse egoísmo se explica pelo fato de que é compensatório ser egoísta em um mundo onde vigora o princípio da auto-ajuda, tornando inclusive determinante que um Estado se comporte de modo individualista para que esse possa ganhar no curto e no longo prazo. Isso porque, possivelmente, os Estados que acumulam perdas no curto prazo tenderão a desaparecer no longo prazo (MEARSHEIMER, 2001, p. 33).

2.6 Poder e meios materiais

O conceito de poder e de produção de riquezas estão intimamente ligados, de modo que a base do poder militar é a produção de riquezas, ou seja, Estados mais ricos têm mais capacidade de custear meios militares e conseqüentemente isso aumenta sua chance de sobrevivência no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001, p. 46).

Contudo, nem sempre a riqueza de cada Estado se traduzirá em poder e isso de dá em torno de três motivos:

“Primeiro, os estados convertem porções variadas de sua riqueza em poder militar. Segundo, a eficiência dessa transformação varia de caso para caso, ocasionalmente com consequências importantes para o equilíbrio de poder. E terceiro, grandes potências compram diferentes tipos de forças militares, e essas escolhas também têm implicações para o equilíbrio militar.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 76, tradução nossa).

Com isso podemos concluir que nem sempre países com maior Produto Interno Bruto ou PIB per capita deterão maior capacidade de poder militar relativo, como será evidenciado mais à frente com o caso concreto da invasão russa à Ucrânia.

Para além de todos esses pontos evidenciados, a teoria realista também faz referência ao grau de eficiência com o qual cada Estado converge sua riqueza em poder militar. Como há grande discrepância nessa eficiência, também surgirão efeitos marcantes no equilíbrio de poder entre potências concorrentes (MEARSHEIMER, 2001, p. 79).

Com tudo isso, nem sempre os Estados mais ricos construirão forças militares adicionais, mesmo que esses tenham capacidades materiais para tanto. O gasto extra em meios de defesa não seria atrativo caso exista a possibilidade de os retornos disso serem negativos, ou seja, investir em defesa quando o Estado está em seu ponto máximo de inflexão ou em um caso que seus rivais facilmente poderiam se igualar a eles, mantendo o equilíbrio de poder. Em todo caso, inclusive lançar uma corrida armamentista não é provável caso isso não deixe o que a inicia em posição de vantagem, fazendo com que esse se mantenha em posição de estabilidade e espere condições mais favoráveis (MEARSHEIMER, 2001, p. 76).

Outro ponto essencial a se considerar é que os Estados não investem em defesa e em melhorias militares caso isso resulte em deficiências ou se tal ato venha a minar a economia do mesmo. Tal prejuízo acabaria por diminuir o poder do Estado, pois, como já citado, o poder militar tem por base a capacidade de produção de riquezas (MEARSHEIMER, 2001, p. 78)

Como outro ponto a ser citado, existe a possibilidade da não estruturação de forças militares por parte de um país em razão de dominação pois “há casos em que um Estado rico não pode construir forças militares poderosas porque está ocupado por uma grande potência que deseja que ele permaneça militarmente fraco” (MEARSHEIMER, 2001, p. 78, tradução nossa).

Por fim, a capacidade de produção de riqueza por parte de um país, assim como sua população tem impacto direto em seu poder relativo, além do que a métrica da riqueza de um país já permite abranger questões de natureza demográfica e econômica (MEARSHEIMER, 2001, p. 61).

2.7 O poder limitante da água

Outro ponto a ser citado é a restrição que os grandes corpos de água do planeta impõem aos exércitos e à sua capacidade de projeção de poder. Quando se trata de transporte e descarga de tropas em outros territórios controlados por Estados aliados, não existem maiores problemas, todavia uma grande limitação é imposta quando existe a necessidade de se desembarcar tropas em um terreno para além de um corpo d'água que esteja dominado e defendido por uma potência inimiga (MEARSHEIMER, 2001, p. 114).

As marinhas enfrentam grandes dificuldades ao lidar com contingentes de tropas terrestres poderosos, que empurrarão de volta as tropas opositoras ao mar, sendo bem mais fácil e simples empreender ataques por meio de invasão de fronteiras terrestres, pois o Estado que cruza um corpo líquido de grande porte terá uma pequena capacidade ofensiva se enfrentar tropas terrestres poderosas. O problema básico então se daria em torno do fato de as marinhas estarem significativamente limitadas nos contingentes de tropas e de poder de fogo que elas podem empregar em operações anfíbias (MEARSHEIMER, 2001, p. 114).

Apesar de todas as dificuldades, uma potência pode obter êxito em uma invasão marítima contra uma força sediada em terra em algumas situações. A primeira dessas situações se dá quando a potência atacada já está à beira da derrota, especialmente se esse Estado não tiver mais recursos e condições de se defender. Outro momento de

possível sucesso se dará quando o país atacado estiver defendendo grandes extensões territoriais, tornando assim mais provável que o exército atacante se torne exitoso. Por último, a ofensiva pode ser eficaz se as tropas do Estado estacionado em terra estiverem muito dispersas, deixando assim as periferias de seu território expostas e suscetíveis a ataques, fazendo com que a investida possa ter êxito se as tropas defensoras estiverem espalhadas o suficiente (MEARSHEIMER, 2001, p.118-119).

Tudo isso posto, é possível concluir então que

Exércitos, juntamente com suas forças aéreas e navais de apoio, são a forma mais importante de poder militar no mundo moderno. No entanto, grandes corpos de água limitam severamente as capacidades de projeção de poder dos exércitos, e armas nucleares reduzem consideravelmente a probabilidade de confrontos entre exércitos de grandes potências. No entanto, mesmo em um mundo nuclear, o poder terrestre continua sendo o mais importante. (MEARSHEIMER, 2001, p. 135, tradução nossa).

2.8 Contenção de potenciais inimigos

Além da busca primordial pela sobrevivência e de outros objetivos não militares (MEARSHEIMER, 2001, p. 46), os Estados também buscam não somente aumentar sua parcela de poder relativo mas também evitar que seus rivais adquiram poder em seu detrimento (MEARSHEIMER, 2001, p. 155). Em alguns momentos surgirão Estados especialmente poderosos, como potenciais hegemônias, que são mais difíceis de controlar e são altamente agressivos (MEARSHEIMER, 2001, p.155). Para conter esses inimigos, as potências ameaçadas podem agir de duas formas: equilibrando o inimigo ou repassando a responsabilidade de executar esse equilíbrio, havendo sempre a preferência do repasse da responsabilização. Contudo, às vezes não há escolha senão o equilíbrio próprio contra a ameaça (MEARSHEIMER, 2001, p. 155).

Com o equilíbrio próprio, então o Estado assume para si a responsabilidade direta de impedir que o agressor perturbe o equilíbrio de poder estabelecido. Em um primeiro momento ocorre a tentativa de dissuasão do agressor e, caso isso falhe, o Estado equilibrador se envolve na guerra resultante do fracasso da tentativa

(MEARSHEIMER, 2001, p. 156). Os meios usados para fazer o equilíbrio funcionar se dão em torno de três fatores, que são:

“Primeiro, eles podem enviar sinais claros ao agressor por meio de canais diplomáticos (e por meio das ações descritas abaixo) de que estão firmemente comprometidos em manter o equilíbrio de poder, mesmo que isso signifique ir para a guerra. O foco na mensagem do equilibrador está na confrontação, não na conciliação. [...] Segundo, os estados ameaçados podem trabalhar para criar uma aliança defensiva para ajudá-los a conter seu oponente perigoso. [...] Terceiro, os estados ameaçados podem equilibrar-se contra um agressor mobilizando recursos adicionais próprios.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 156-157, tradução nossa).

Além da via de equilíbrio direto, os Estados podem repassar a responsabilidade de contrabalancear uma potência ameaçadora. Nessa situação, aquele que transfere a responsabilidade tenta fazer com que outro Estado assuma o encargo de dissuadir e até possivelmente lutar contra a potência agressora, tendo reconhecido assim a necessidade de impedir que o país perigoso aumente sua parcela de poder mundial, mas procurando outro Estado também ameaçado para desempenhar essa tarefa (MEARSHEIMER, 2001, p. 157-158).

Os meios para facilitar o repasse da responsabilidade se dividem em quatro (e para que haja um melhor entendimento será referido como “Estado repassador” o Estado que se sentir ameaçado pelo Estado agressor mas que tentará transferir a outro Estado a responsabilidade de limitá-lo, “Estado agressor” como a potência que ascende de modo a desestabilizar o equilíbrio de poder e “Estado receptor” para o Estado que recebe a função vinda do Estado repassador de conter o Estado agressor).

O primeiro modo se dá em torno do Estado repassador manter boas relações diplomáticas com o Estado agressor, de modo que esse último concentre sua atenção no Estado receptor da responsabilidade de contê-lo. O segundo se dá em torno de manter relações cordiais mas não tão próximas com o pretendido Estado receptor, não apenas porque esse distanciamento pode ajudar a ter boas relações com o agressor,

mas porque o Estado repassador não será arrastado para uma guerra ao lado do receptor do fardo de conter o Estado agressor. Terceiro, o repassador pode mobilizar recursos adicionais próprios para fazer o repasse funcionar, adotando uma posição mais relaxada em termos de defesa, para gerar a impressão de que outro Estado deverá conter o agressor. Por último, temos a facilitação ou a permissão do crescimento do Estado receptor por parte de seu transferidor de responsabilidade. Dessa forma o Estado que receberia o ônus teria mais chance de conter o Estado agressor e aumentaria a chance do transmissor permanecer à margem (MEARSHEIMER, 2001, p. 158 -159).

Em último caso, conceder poder a um inimigo pode fazer sentido como uma estratégia de curto prazo para que a potência possa ganhar tempo a fim de organizar recursos em um prazo maior. Para que tal Estado faça essa concessão, ele deve estar lidando não somente com uma posição de fraqueza no curto prazo, mas deve ter uma capacidade superior de mobilização de recursos a longo termo (MEARSHEIMER, 2001, p. 165).

2.9 Potências revisionistas

Na maior parte dos casos, não existe status quo estável no sistema internacional, ocorrendo apenas no caso excepcional em que uma potência deseja manter uma posição de dominação em relação a seus rivais. As potências habitualmente não estão satisfeitas com a distribuição de poder na ordem internacional, sendo constantemente incentivadas a mudar esse equilíbrio a seu favor. Desse modo, de modo prevalente as potências têm intenções revisionistas e poderão até se usar da força para alterar o equilíbrio de poder se acharem que isso se dará por um preço razoável (MEARSHEIMER, 2001, p. 2).

Contudo, as potências não podem em toda situação agir de modo a cumprir suas intenções agressivas. O seu comportamento é influenciado pelas suas capacidades e não pelas intenções. Todo Estado deseja estar em uma posição de superioridade em relação aos demais, mas não são todos que têm condição de competir por essa posição e ainda menos de alcançá-la, sendo que vários fatores são determinados pelo modo

como o poder está distribuído entre as potências. A grande potência que alcançar uma marcante diferença de capacidade de poder relativo em relação aos demais integrantes do sistema provavelmente se tornará mais agressiva, pois essa terá incentivo e condições para agir dessa maneira. De outro modo, países que estiverem enfrentando adversários mais poderosos serão menos inclinados a tomarem ações agressivas e se comportarão de modo a estabilizar o equilíbrio de poder existente contra a ameaça de oponentes mais poderosos. Além de tudo isso, os Estados que não são grandes potências aproveitarão a oportunidade de equilibrar o poder do sistema a seu favor quando essa eventual janela surgir (MEARSHEIMER, 2001, p. 37).

Com tudo isso, os Estados são entes racionais que pensam estrategicamente em como sobreviver no sistema internacional (MEARSHEIMER, 1994, p. 10) e que “podem ter a capacidade de obter vantagem sobre um poder rival, mas ainda assim decidir que os custos percebidos da ofensiva são muito altos e não justificam os benefícios esperados.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 37, tradução nossa). Além disso, os Estados correm riscos de calcular mal suas ações, pois eles operam em um mundo de informações imperfeitas, onde potenciais adversários têm incentivos a distorcer suas próprias forças ou fraquezas e a esconder seus reais objetivos (MEARSHEIMER, 1994, p. 10).

Tudo isso posto, podemos entender o sistema internacional está povoado por potências revisionistas em seu núcleo, sendo que essas almejam poder e buscam a hegemonia baseadas em cinco suposições a respeito do funcionamento do sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001, p. 29), que seriam

“A primeira suposição é que o sistema internacional é anárquico [...] A segunda suposição é que grandes potências possuem inerentemente alguma capacidade militar ofensiva [...] A terceira suposição é que os estados nunca podem ter certeza sobre as intenções de outros estados [...] A quarta suposição é que a sobrevivência é o objetivo primário das grandes potências. [...] A quinta suposição é que grandes potências são atores racionais. Eles estão cientes de seu ambiente externo e pensam estrategicamente sobre como sobreviver nele.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 29-31, tradução nossa)

Embora nenhuma dessas suposições faça os Estados se comportarem competitivamente, em conjunto elas formam um mundo onde os atores têm grandes incentivos para pensar e até mesmo agir agressivamente (MEARSHEIMER, 2001, p. 29).

2.10 Funcionamento das organizações internacionais

Ao tratar das organizações internacionais na concepção realista, podemos considerar duas ideias: como os realistas enxergam a cooperação e como eles veem o funcionamento das organizações internacionais, dois conceitos intrinsecamente ligados.

A cooperação pode ser entendida como algo com limites determinados, restringida pela lógica da competição pela segurança, que nenhuma cooperação é capaz de eliminar. A paz genuína ou um mundo onde os Estados não competem por poder não é provável (MEARSHEIMER, 1994, p. 9). Sobre tudo isso, as relações entre os Estados não são um Estado de guerra constante, mas a possibilidade de guerra sempre paira ao fundo desse implacável estado de competição por segurança, variando então a intensidade dessa disputa de caso a caso (MEARSHEIMER, 1994, p. 9).

No que se refere às organizações internacionais, o conceito principal se dá na premissa de que as mesmas são apenas reflexos da distribuição de poder no mundo, e se baseiam nos cálculos de interesse próprio das grandes potências, não tendo assim capacidade de efeito independente do seu comportamento em relação aos Estados (MEARSHEIMER, 1994, p. 7). Além disso, os realistas diferem dos institucionalistas, sendo que esses acreditam que as organizações internacionais são uma poderosa força para a estabilidade (MEARSHEIMER, 1994, p. 6), divergindo da percepção realista de que as organizações têm influência mínima no comportamento dos Estados (MEARSHEIMER, 1994, p. 7) e não são uma forma por si de compelir os Estados a seguirem as regras. As organizações internacionais não são uma forma de governo mundial e cabe somente aos Estados por si mesmos decidirem seguir as regras que criaram (MEARSHEIMER, 1994, p. 9).

Com isso, podemos concluir que as relações internacionais e o funcionamento do sistema internacional são escritos de acordo com as grandes potências daquela era

(WALTZ, 1979, p. 72). As ações dessas são primordiais para o entendimento da teoria pois “uma teoria geral de política internacional é necessariamente baseada nas grandes potências” (WALTZ, 1979, p. 73, tradução nossa), nos permitindo assim compreender como as ações do país da Rússia e as ações dos Estados Unidos juntamente com seus aliados europeus da OTAN interferem e ditam o funcionamento de todo um sistema geopolítico, não somente do leste da Europa ou apenas dos territórios em guerra, mas de toda uma conjuntura de segurança e militar global.

Por último, temos a definição neorrealista do principal ator da teoria, as grandes potências, definidas como um país que

“deve ter meios militares o suficiente para exercer uma séria luta em uma guerra convencional total contra o mais poderoso Estado do mundo. O candidato não precisa ter a capacidade de derrotar o Estado líder, mas deve ter uma perspectiva razoável de tornar o conflito uma guerra de atrito que deixe o Estado dominante seriamente enfraquecido, mesmo que o Estado dominante vença ao final.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 5, tradução nossa)

Esse conceito leva à compreensão de que o país classificado como grande potência deve ter capacidade de fazer uma frente de resistência séria contra a maior potência do sistema internacional contemporâneo: os Estados Unidos (GLOBAL FIRE POWER, 2024). Os Estados soberanos então considerados como grandes potências serão: o próprio Estados Unidos, como a maior potência do sistema, o país da Rússia e, por fim, um país com o qual trabalharemos nas considerações finais, a China.

3. CAPÍTULO 2: Aplicações práticas à teoria

3.1 Aplicação teórica

A teoria neorrealista busca, como todas as outras, criar explicações de forma sistemática a eventos do sistema internacional de forma que “o teste final de qualquer teoria é o quão bem ela explica os eventos do mundo real” (MEARSHEIMER, 2001, p. 6, tradução nossa). Com isso, buscaremos aplicar os referidos conceitos e ideias da teoria realista aos eventos que se sucederam e resultaram na eclosão da invasão da Ucrânia pela Rússia.

A geopolítica internacional, escrita em termos das grandes potências de um período (WALTZ, 1979, p. 72), nos permite compreender como a guerra no leste da Europa, envolvendo diretamente uma grande potência, a Rússia, e indiretamente a maior potência militar e econômica do sistema, os Estados Unidos (WORLD BANK, 2024; GLOBAL FIRE POWER, 2024), afeta outras regiões do planeta e não somente a região onde ocorre o conflito na sua forma militar.

3.2 Impacto econômico da guerra

Um dos efeitos causados pelo conflito se deu em torno do aumento da inflação ao redor do mundo, além de afetar indiretamente o equilíbrio de poder no continente europeu. No ano de 2023, o orçamento militar mundial bateu recorde, também impactado pela guerra na Ucrânia, principalmente no que se refere aos países aliados da OTAN na Europa. Se, no ano de 2014, os países europeus membros da OTAN investiam 1,47% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em orçamento de defesa, em 2023 a marca foi de 1,85% de seu PIB (O GLOBO, 2024), constituindo um aumento de aproximadamente 29% nesse período.

Outro efeito relevante da guerra no sistema internacional se deu em torno da dependência da Europa com relação ao gás natural russo. A África, por sua vez, sentiu negativamente as consequências do conflito por conta da sua dependência de importação de alimentos vindos do leste europeu. Até mesmo o Brasil, dependente da

importação de fertilizantes e que também é impactado pelo preço do petróleo, foi pressionado pelo aumento da inflação ao redor do mundo (UOL, 2022).

O impacto no preço do petróleo se deu de forma relevante, uma vez que, em 2019, o petróleo correspondia a 38% da matriz energética mundial (FGV ENERGIA, 2020) e, em 2022, mais de 80% da energia do mundo era obtida a partir de recursos fósseis (JORNAL DA USP, 2022). Com tudo isso, o impacto da guerra na economia mundial se demonstra de forma evidente ao se considerar o preço do petróleo durante o ano de 2022, que desde o mês de fevereiro (mês do início da guerra) até o final de maio havia subido mais de 37% (INVESTING.COM, 2024). A dependência mundial do petróleo e de combustíveis fósseis, aliada ao aumento do preço da commodity, reverberou pelo mundo, dando uma demonstração da capacidade de impacto das ações das grandes potências (WALTZ, 1979, p. 72) ainda que em países que não são diretamente afetados pelos seus ataques militares.

3.3 Impacto nas organizações internacionais

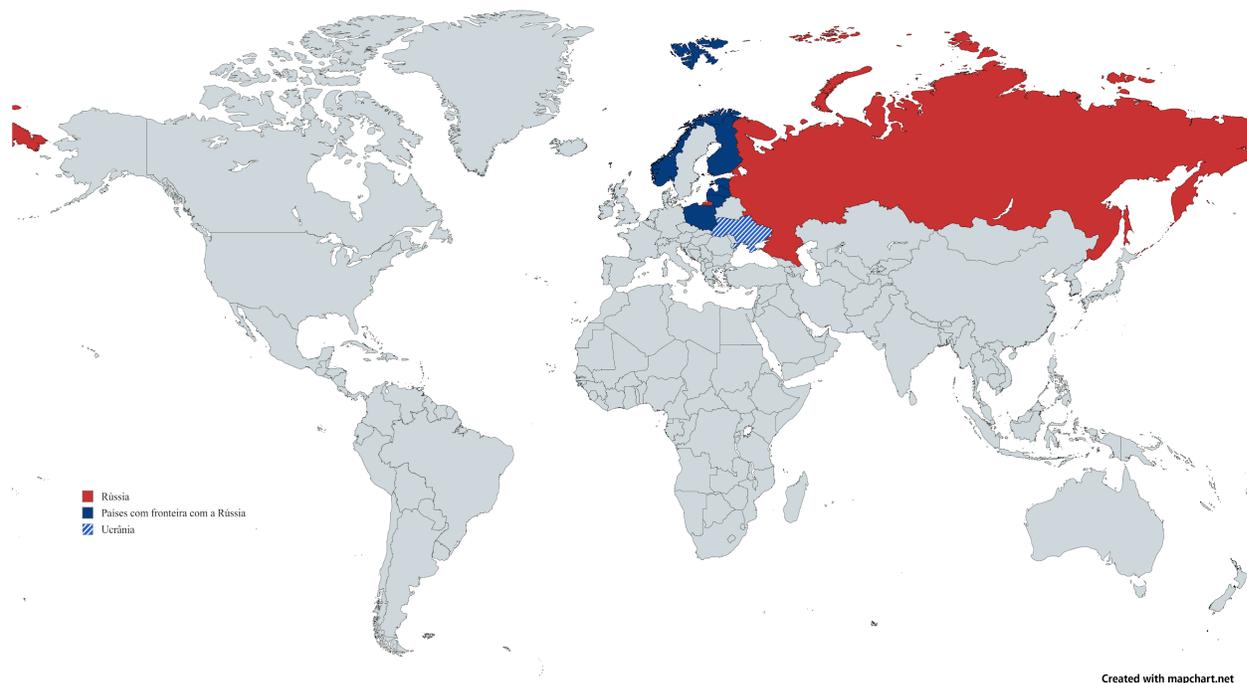
Além do impacto direto na economia global, o impacto nas organizações internacionais também se mostrou relevante. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano do início da guerra foi vetada a tentativa de aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança contra a anexação dos territórios ucranianos por parte da Rússia. O governo russo usou seu poder de veto ao mesmo tempo em que, entre os demais membros permanentes, a China optou por abster-se de voto e França, Reino Unido e Estados Unidos votaram a favor da resolução (ONU, 2022).

Meses depois, outro órgão das Nações Unidas, a Assembleia Geral, aprovou uma resolução para o fim da guerra com cento e quarenta e um votos a favor, sete contrários e trinta e duas abstenções (ONU, 2023). Todavia, mesmo com a expressiva margem de aprovação da resolução, por não contar com poder real de *enforcement*, a guerra não teve seu fim determinado, pois “os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém” (HOBBS, 1945, p. 112). Mesmo com o documento assinado, a Ucrânia, assim como todo Estado, continuou a depender apenas de si mesma para sua defesa e a Rússia continuou a buscar

maximizar sua parcela de poder relativo (MEARSHEIMER, 1994, p. 10-12), mesmo que para isso fosse necessária ir à guerra do seu vizinho menor.

Outra organização internacional importante para o equilíbrio de poder europeu é a chamada Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que foi criada no início da Guerra Fria com a ideia central de ser uma aliança entre europeus e americanos contra o perigo de agressão soviética (MARSHALL, 2016, p. 16). Uma mudança perceptiva em relação a essa organização internacional se dá em torno da própria expansão da OTAN, visto que após o início da guerra ocorreram as adesões de mais dois países à organização, a Finlândia em 2023 e a Suécia em 2024 (OTAN, 2024), sendo a primeira fronteira à própria Rússia. Com isso, o número de países fronteiros à Rússia membros da OTAN subiu para seis, estando entre os atuais membros da organização os países da Polônia, Estônia, Letônia, Lituânia, Noruega e Finlândia (OTAN, 2024), criando assim um ambiente de maior risco à Rússia em caso de entrada da Ucrânia na organização, pois estenderia o alcance da OTAN para além do Estado-tampão da Bielorrússia.

Figura 2.1: Países membros da OTAN fronteiros à Rússia



Fonte: OTAN (2024) - Imagem: autoria própria

Com isso, o risco trazido à Rússia por parte da OTAN se consolida, pois mesmo em um sistema global onde existem armas nucleares o poder terrestre segue com sua primazia (MEARSHEIMER, 2001, p. 43), criando assim ao país ameaçado um cenário de risco e de necessidade de cálculo como um ator racional de modo a priorizar sua sobrevivência.

Os riscos adotados pelos países para se declarar guerra se sustentam em análises cuidadosas com relação à balança de poder. Nenhuma potência se precipitará em uma guerra na qual esteja ciente da grande possibilidade de ser derrotada, ou ainda em uma guerra cuja vitória dependa de custos tão altos que esses trarão um ônus que aproximaria a potência do cenário em que ela tivesse sido derrotada (MEARSHEIMER, 2001, p. 37). Assim, podemos compreender que, segundo os realistas, o cálculo de poder russo demonstrou a possibilidade de vitória na guerra e que essa não traria encargos tão proibitivos ao país.

Outro ponto a ser considerado no cálculo de poder é o avanço da OTAN em direção às fronteiras russas em um cenário anterior ao da guerra. Desde o final da Guerra Fria, a OTAN passou por duas fases de alargamento no cenário pós mundo bipolar, sendo a primeira no ano de 1999 e outra no ano de 2004, também contando com a entrada de mais membros em outros períodos (OTAN, 2024). Desde 1991, dez países que estavam atrás da Cortina de Ferro socialista ingressaram na organização, sendo eles República Tcheca, Hungria, Polônia, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia (OTAN, 2024). Com isso, se torna possível notar o avanço da organização em direção às fronteiras terrestres russas, criando um cenário onde “as grandes potências agem de acordo com a mesma lógica [...] os cálculos sobre o poder dominam o pensamento dos estados e que os estados competem pelo poder entre si. Esta competição às vezes exige a guerra” (MEARSHEIMER, 2001, p. 18, tradução nossa).

Outro ponto a ser considerado é o peso da economia na tomada de decisão de um Estado no que se refere à sua posição de poder. Na concepção realista, “riqueza é

importante porque um estado não pode construir um exército poderoso se não tiver o dinheiro e a tecnologia para equipar, treinar e modernizar continuamente suas forças de combate” (MEARSHEIMER, 2001, p. 61, tradução nossa), evidenciando a necessidade de meios materiais e de riqueza para construção do poder de seu Estado. Isso também pode ser compreendido pela necessidade que as grandes potências têm de poder financiar, além de obter pessoal e tecnologia, a construção de suas forças militares e travar guerras (MEARSHEIMER, 2001, p. 55). Outro ponto a ser destacado na questão dos meios materiais é a própria ideia de poder, que se sustenta no mundo material objetivo onde “o poder se baseia nas capacidades materiais específicas que um Estado possui” (MEARSHEIMER, 2001, p. 55, tradução nossa), denotando a importância do desenvolvimento econômico para o progresso dos meios materiais de um Estado..

Com tudo isso posto, um grande ponto a ser considerado economicamente em termos de projeção de poder é a necessidade russa de acesso a um porto de águas mornas. De fato, “essa falta de um porto de águas mornas com acesso direto aos oceanos sempre foi o calcanhar de aquiles da Rússia, tão estrategicamente importante para ela quanto a planície do norte da Europa.” (MARSHALL, 2016, p. 20). Mesmo tendo sido em 2022 a quarta maior economia da Europa, atrás apenas de Alemanha, França e Reino Unido (WORLD BANK, 2024), a balança de exportação russa ainda se mostrou extremamente dependente de commodities e produtos de baixo valor agregado. Petróleo cru, gás natural e o petróleo refinado representaram mais de metade do valor das exportações do país em 2022 (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2024), denotando assim a necessidade de acesso ao mar para escoamento desses produtos. Nesse sentido, a entrada da Ucrânia na OTAN poderia permitir à mesma abrigar uma base naval da organização, tornando ainda mais insustentável que o país fizesse parte do bloco (MARSHALL, 2016, p. 22) por conta do possível bloqueio e/ou maiores empecilhos de acesso até o Mediterrâneo. Além dos produtos exportados, os principais parceiros comerciais russos em 2022 foram países cujo acesso é mais facilitado por vias marítimas, sendo o principal parceiro a China, seguida de Índia e, após a Alemanha, a Turquia (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2024).

Além da necessidade comercial de escoamento de bens materiais e de comércio internacional, outro ponto de risco se dá em torno do posicionamento de armamentos nucleares por parte dos países da OTAN. Dos países membros da organização, três detêm armas nucleares, sendo eles os Estados Unidos, a França e o Reino Unido (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2024). A possibilidade de transporte das armas nucleares, principalmente as americanas, para o território da Ucrânia sinaliza uma ameaça à segurança russa. Se um Estado hipotético, como a Ucrânia dentro da OTAN, detém armas nucleares - ou se encontra sob proteção nuclear de terceiros - e pode sobreviver e retaliar em caso de ataque nuclear, o mesmo terá menos temor com relação a outro Estado, como a Rússia (MEARSHEIMER, 2001, p. 43-44).

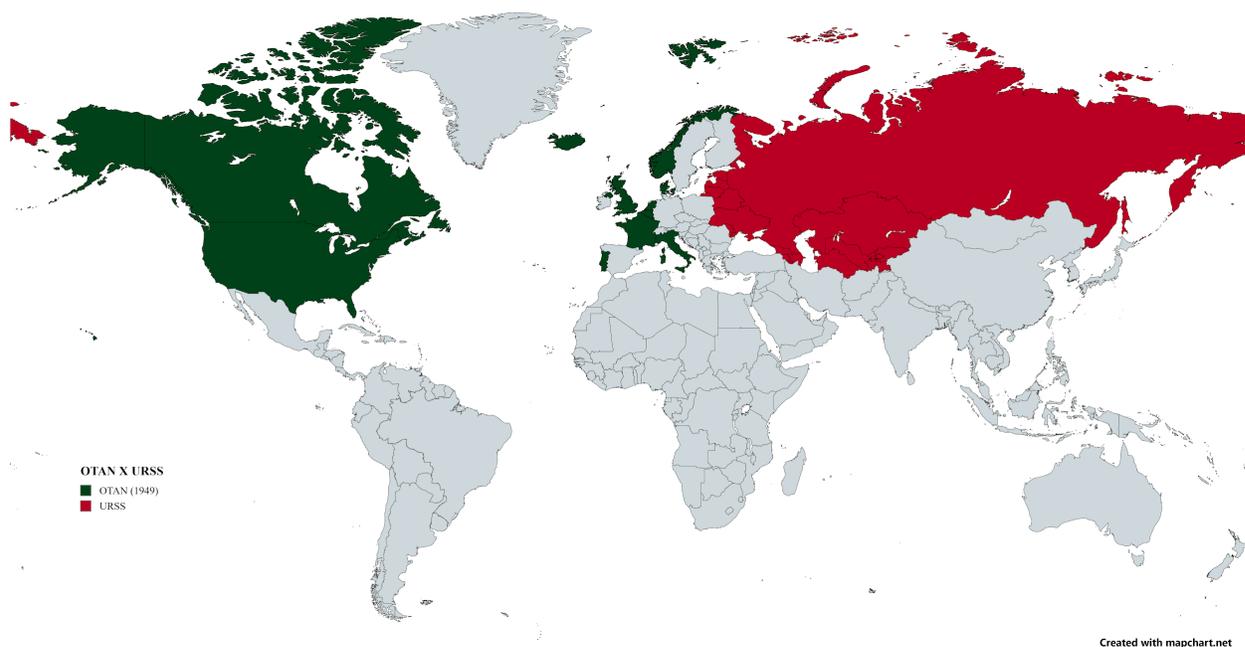
Além do risco de avanço das armas nucleares e do cercamento terrestre, o fator relevante do fortalecimento da OTAN se dá em torno de que, quantos mais países aderirem à mesma, maiores são os recursos e meios materiais disponíveis para fazer frente ao poder russo no leste europeu. Na concepção realista, população e riqueza são fatores essenciais, tendo em vista a necessidade de população para a constituição e estabilização de grandes exércitos, além da produção direta de riqueza que incorpora as dimensões tanto demográficas quanto econômicas do poder (MEARSHEIMER, 2001, p. 61).

A dimensão populacional se torna evidente no sofrimento ucraniano em torno da falta de soldados para se enviar ao campo de batalha. O país possui um efetivo quatro vezes menor de soldados em relação ao seu rival russo (EURONEWS, 2023). Além disso, o alerta do Banco Mundial com relação à guerra era de que a mesma se tornaria um desastre para a economia ucraniana (BBC, 2022), algo que se concretizou com o fato do PIB ucraniano ter despencado mais de 29% no ano em que se iniciou a guerra (UOL, 2023).

O PIB da maior potência envolvida diretamente na guerra, a Rússia, por sua vez, retraiu-se pouco mais de 1% no ano do início da guerra, tendo alcançado uma recuperação significativa, com crescimento de mais de 3% no ano seguinte (UOL, 2024). Tudo isso posto, podemos compreender a concepção realista de que “as unidades de maior capacidade estabelecem o cenário de ação para os outros, assim como para si mesmas” (WALTZ, 1979, p. 72, tradução nossa).

Voltando à questão da expansão da OTAN em direção às fronteiras russas, o cerco por terra se mostra evidente quando visualizado a partir de um mapa em ordem cronológica. Na fundação da OTAN, os países socialistas que estavam atrás da cortina de ferro soviética formavam um cordão, impedindo a chegada da organização às fronteiras terrestres da então União Soviética.

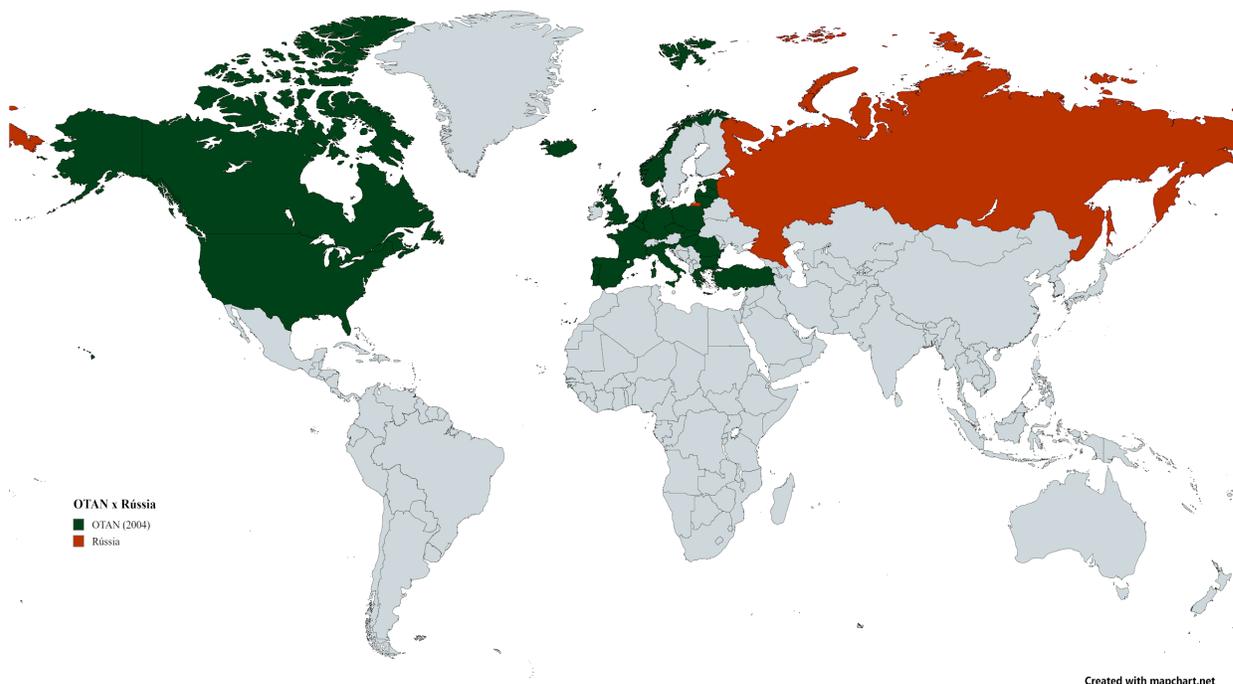
Figura 2.2 - Países fundadores da OTAN (em verde) com relação à URSS em 1949



Fonte: OTAN, 2024 - Imagem: autoria própria

Todavia, com o fim da Guerra Fria e a queda soviética, como já citado, diversos países que até o fim da década de 1980 faziam parte do bloco comunista se aliaram à OTAN, e em 2004 já se mostrava evidente o avanço em direção à já constituída Rússia, em um período denominado como a segunda onda de alargamento da organização (OTAN, 2024).

Figura 2.3 - OTAN em 2004 com relação à Rússia



Fonte: OTAN, 2024 - Imagem: autoria própria

Por fim, com os dados mais atuais podemos visualizar de modo evidente que, com a guerra, mais países fronteiriços à Rússia se tornaram membros da organização, o que por sua vez forma um cerco terrestre evidente no leste da Europa.

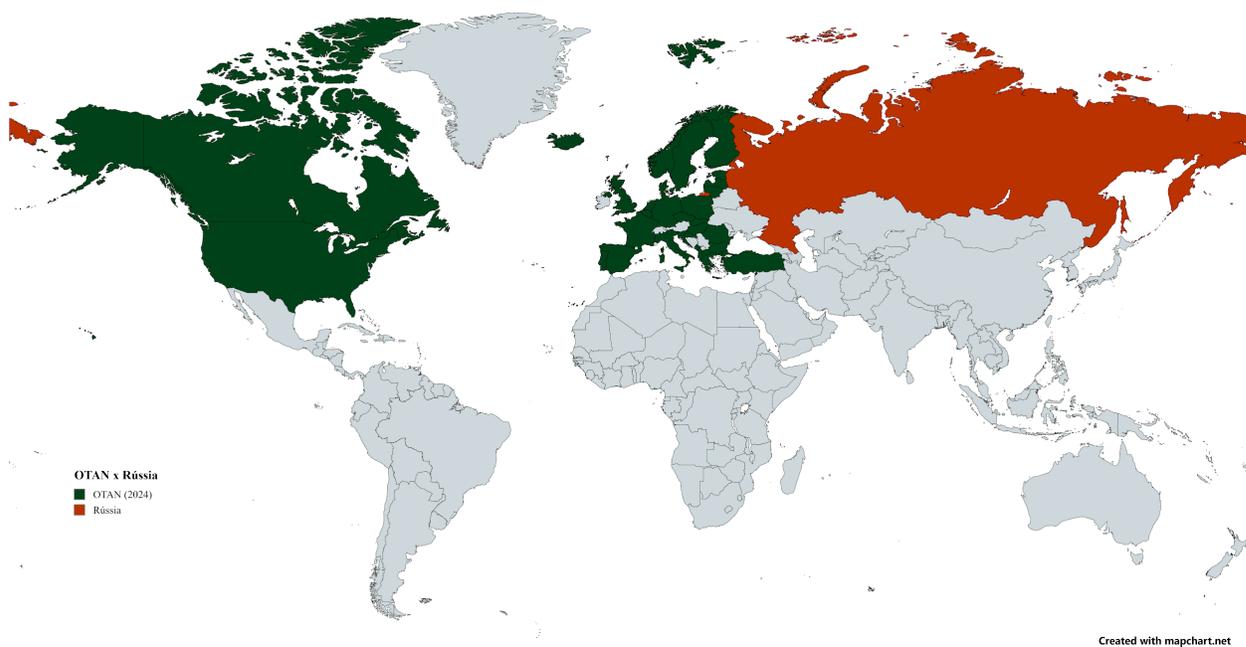


Figura 2.4 - OTAN em 2024 com relação à Rússia

Fonte: OTAN, 2024 - Imagem: autoria própria

Como fica claramente evidenciado, a tentativa russa de assegurar sua sobrevivência através da maximização de seu poder mostrou resultados indesejados e opostos a esse objetivo. Mesmo que o objetivo tenha sido conter o avanço da OTAN em direção às suas fronteiras, o desfecho da invasão acabou por expandir ainda mais a organização e a fazer com que essa avançasse ainda mais em direção ao país, com a entrada dos membros acima citados.

Tudo isso se torna relevante pelo fato de que, mesmo em um mundo nuclear, os exércitos apoiados por forças terrestres e navais ainda se constituem como o principal elemento constituinte do poder no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2001, p. 135). Mesmo assim, um choque direto entre potências nucleares se torna improvável, pois um mundo onde todos os lados têm convicção de que uma guerra lhes causaria a destruição completa se demonstra estável, não havendo incentivos para que nenhuma potência dê o primeiro passo em direção a esse conflito (MEARSHEIMER, 2001, p. 130).

Além disso, compreendida a relevância determinante do poder terrestre, o leste europeu se torna fundamental no que se refere à segurança russa, por ser a área do país que faz fronteira com a OTAN, não sendo grande motivo de preocupação aparente uma invasão por parte dos países do Ásia Central, região formada majoritariamente países da ex-União Soviética e que continuam sobre a influência russa, além do fato da região ser formada por países que têm pouco poder militar (GLOBAL FIRE POWER, 2024) e pouca capacidade econômica (WORLD BANK, 2024). Além disso, a aproximação com a China, que atuou como o resgate econômico da Rússia após as sanções da guerra e que reforçou seus laços com o país no mesmo período (CNN, 2024), também permite à Rússia concentrar suas preocupações ao oeste, pois a única potência da região com potencial para causar-lhe sérios problemas afirmou que apoiará os interesses fundamentais russos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2024), denotando assim a aproximação entre as duas grandes potências asiáticas.

3.4 Análise da geografia como limitante geopolítica

As preocupações em menor escala com os países da Ásia Central pode ser entendida pela perspectiva realista de que “[os] Estados querem certamente ter mais e não menos poder sobre os seus rivais, porque quanto mais recursos um Estado tiver à sua disposição, maior será a probabilidade de prevalecer na guerra.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 58, tradução nossa), nos levando a entender que discrepância de poder russo em relação aos seus vizinhos de menor poder relativo da Ásia faz com que essa tenha maior probabilidade de prevalecer sobre os mesmos em caso de uma guerra, não havendo assim um risco direto à sua sobrevivência com relação a esses Estados, fazendo com que o país não tenha que alterar o equilíbrio de poder a seu favor, como faria em caso de enfrentamento a adversários mais poderosos (MEARSHEIMER, 2001, p. 37).

Tudo isso posto, também pode ser citada a dificuldade natural em se invadir o país pelo leste, ainda que sendo uma área próxima ao território americano do Alasca. Tal região, de extensão continental, é constituída de um grande vazio demográfico longe das fronteiras europeias, com climas extremos, impossibilitando assim a passagem de qualquer grande contingente de tropas ou veículos de combate.

Além do grande empecilho natural e geográfico representado pela região siberiana, outro ponto relevante se demonstra na questão de separação de potências pelos mares. Os grandes corpos de água do planeta dificultam e limitam de forma significativa a projeção de poder dos exércitos (MEARSHEIMER, 2001, p. 114). A separação dos Estados Unidos com a Rússia determinada pelo Oceano Atlântico limitaria em grande parte a capacidade de projeção de poder do exército americano em um eventual ataque à Rússia, sendo essa premissa superada a partir do momento em que os Estados Unidos formam aliados em solo continental europeu, tendo em vista que o desembarque de tropas em território amigo não é problema relevante para a impressão de força, sendo essa dificuldade relevante em uma situação de necessidade de descida de tropas em território hostil dominado por uma força terrestre poderosa, pois essa tenderá a repelir os invasores de volta ao oceano (MEARSHEIMER, 2001, p. 114).

Isto posto, vemos que nos dias de hoje, um choque total direto entre Rússia e a OTAN se mostra altamente improvável, principalmente pelo fato dos dois lados serem detentores de uma alta capacidade nuclear, sendo o arsenal russo e o arsenal dos países da organização somados, cada um detentor de aproximadamente seis mil ogivas nucleares (ARMS CONTROL ASSOCIATION, 2024), criando um cenário de extremas perdas a ambas as partes em caso de um conflito que escale para a guerra nuclear. Isso se explica pela ideia realista de que as armas nucleares são revolucionárias no âmbito militar, pois estas conseguem causar um nível de destruição nunca antes visto em um curto período de tempo (MEARSHEIMER, 2001, p. 128).

Com esse cenário hipotético catastrófico, os incentivos para a guerra entre os dois lados é altamente diminuído, sendo que de acordo com os realistas, em um mundo em que a destruição dos lados beligerantes é certa em um nível nuclear, o sistema se mostraria estável, pois não existe qualquer motivação para que uma potência inicie uma guerra que ela será totalmente incapaz de vencer, e que mais do que isso, levará ao completo extermínio de uma comunidade humana minimamente funcional (MEARSHEIMER, 2001, p. 130).

Por fim, com o atual conflito e com os demais conflitos que acontecem no sistema internacional atual podemos concluir que

“as grandes potências não trabalham juntas para promover a ordem mundial por si só. Em vez disso, cada uma busca maximizar sua parcela de poder mundial, o que tende a entrar em conflito com o objetivo de criar e sustentar ordens internacionais estáveis. Isso não quer dizer que as grandes potências nunca buscam evitar guerras e manter a paz. Pelo contrário, elas trabalham arduamente para dissuadir guerras nas quais seriam prováveis vítimas.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 49, tradução nossa).

Com isso, podemos compreender que uma potência buscará evitar a guerra quando for a ela conveniente, sendo que uma grande potência que detiver vantagem significativa sobre seus rivais terá incentivos para agir de forma agressiva (MEARSHEIMER, 2001, p.37). Mesmo assim as grandes potências “não são agressores insensatos, tão empenhados em ganhar poder que se precipitam para

perder guerras ou em busca de vitórias de Pirro.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 37, tradução nossa). Assim, podemos compreender que as relações entre os países não são um estado constante de guerra, mas uma situação em que sempre há uma competição implacável por poder, com a chance de guerra sempre ao fundo (MEARSHEIMER, 1994, p. 9).

Tudo isso nos permite evidenciar a proposição realista de que as potências são atores racionais, que buscam objetivar em última instância sua sobrevivência, sendo que todos os Estados têm capacidade de causar danos uns aos outros por deterem poder militar, sendo que nunca um Estado pode estar certo da intenção de outro Estado no sistema internacional que opera de forma anárquica (MEARSHEIMER, 1994, p. 10).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os prováveis rumos da guerra

Todas essas disposições feitas, cabe elencar os prováveis rumos pelos quais os eventos se sucederão, não somente no que se refere à guerra em si, mas também os possíveis caminhos que o equilíbrio de poder do leste europeu e da conjuntura do sistema internacional seguirão.

O principal ponto a ser considerado se dá em torno da existência da previsão, fundamentada por um estudo da Sociedade Alemã de Política Internacional, que nos próximos dez anos possivelmente haverá um ataque russo aos territórios de países formalmente integrantes da OTAN, ataques para os quais a organização deveria se preparar (DW, 2023). Isso nos permite compreender que o cenário não tende a ser mais pacífico nos próximos anos, com mais prováveis choques no equilíbrio militar e na distribuição das capacidades de poder, tanto na Europa quanto nas demais regiões do mundo.

Além da possibilidade de tal ofensiva, cada dia mais o país da Rússia tem convertido sua economia em uma economia de guerra, logo na sequência da invasão da Ucrânia (DW, 2023), expondo assim a capacidade do país de sustentar suas forças armadas e seus esforços de guerra por maiores períodos e se manter na posição de potência global, sendo atualmente considerada como o país número dois no que se refere ao potencial de poderio militar, ficando apenas atrás dos Estados Unidos (GLOBAL FIRE POWER, 2024).

Além da conversão econômica, outro grande ator do sistema internacional a ser considerado é a China. Conforme exposto, hoje o país se encontra na primeira posição no que se refere a parceiros comerciais russos (OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2024), e possivelmente se tornará a maior potência econômica do mundo até 2027, superando os Estados Unidos (CNN BRASIL, 2021). Com essa previsão, podemos conceber a preponderância e os níveis de crescimento da economia chinesa, permitindo assim que a mesma continue atuando como parceiro comercial

relevante da Rússia no longo prazo, em vista também da já citada aproximação entre as duas potências.

Outro ponto fundamental entre as duas potências se dá em torno da sustentação chinesa fornecida à economia russa, tendo a China atuado como o contrapeso fundamental que fez com que a economia russa não despencasse, mesmo com as sanções impostas pelos países do ocidente no ano de 2022, logo após a invasão da Ucrânia. A China se tornou então um importante comprador das matérias primas energéticas russas, fazendo com que os dois países aprofundassem ainda mais seus laços desde o início da guerra (TERRA, 2024).

Sendo provável a sustentação da economia de guerra russa em um período de médio e longo prazo pelos fatos acima evidenciados, caberá discutirmos alguns eixos prováveis de sucessão de eventos.

O primeiro cenário gira em torno da possibilidade da Ucrânia resistir à invasão. Em um contexto onde o território da Crimeia, já sob controle russo, seja incorporado ao território da Rússia, onde a independência da ucraniana continue a existir com uma possível entrada do país da Ucrânia na OTAN, os territórios de Donetsk e Lugansk, já dominados pela Rússia, se tornariam Estados fantoches, criando assim uma separação entre território aliado à OTAN e a Rússia, como existe no caso já citado da Bielorrússia ou dos micro-Estados na região do Cáucaso, que separam o território russo de um país pertencente à Organização, a Turquia.

Contrário a esse cenário, em um momento de queda do Estado ucraniano, o território possivelmente se tornaria um Estado fantoche sob o controle de Moscou, efetivando de maneira mais evidente o distanciamento entre Rússia e OTAN.

Um terceiro cenário se daria em torno da invasão russa a um país integrante da organização, conforme previsto pelo estudo citado. O desfecho provavelmente não se daria em torno de uma guerra nuclear, pois, como mencionado anteriormente, todos os países sairiam perdedores, sem qualquer chance mínima de vitória a qualquer um dos lados. Em caso de guerra convencional, se torna evidente que um choque entre a organização e a potência russa seria de grande impacto na geopolítica global e, para efeitos desta pesquisa, seguiremos a linha realista de considerar a influência da riqueza e do poder terrestre na conjuntura de poder (MEARSHEIMER, 2001).

Tudo isso posto, podem ser evidenciadas as altas capacidades militares e de financiamento dos dois pólos, havendo grande destaque para a capacidade de financiamento da OTAN, principalmente dos Estados Unidos. No ano de 2022, o PIB americano ultrapassava os 25 trilhões de dólares, sendo a maior economia do mundo. Já o PIB dos demais países da OTAN somava mais de 20 trilhões, com o PIB russo estando na casa de pouco mais de 2,2 trilhões de dólares (WORLD BANK, 2024).

Mesmo assim, existe a possibilidade de Estados mais ricos não construírem forças militares adicionais (MEARSHEIMER, 2001, 76), por isso se faz importante comparar os orçamentos militares para determinarmos o investimento em defesa, e os números comparados de tanques de guerra e soldados ativos, para termos uma noção de capacidade de imprimir poder terrestre.

No ano de 2024, os Estados Unidos contavam com o colossal número de mais de 831 bilhões de dólares para orçamento em defesa. Já os demais membros da OTAN dispunham de um orçamento de mais de 380 bilhões. O orçamento de defesa russo no mesmo ano se deu em aproximadamente 110 bilhões (GLOBAL FIRE POWER, 2024), denotando assim a completa vantagem dos países do bloco do Atlântico em financiar suas forças armadas, ainda que o orçamento russo também seja um número substancial.

Ademais, consideraremos o número de soldados dos Estados Unidos e das outras quatro maiores potências militares da OTAN subsequentes (Turquia, Reino Unido, França e Itália). O contingente americano em 2024 conta com mais de 1,3 milhões de soldados, número aproximadamente igual ao contingente russo. Já as outras quatro potências detêm um contingente de aproximadamente novecentos mil soldados ativos (GLOBAL FIRE POWER, 2024).

Por fim, com ampla vantagem russa, o número de tanques detido pelo país em 2024 é de mais de quatorze mil veículos, sendo que a soma das cinco maiores potências da OTAN somam um total de pouco mais de sete mil e quinhentos veículos (GLOBAL FIRE POWER, 2024).

Tudo isso nos permite evidenciar que qualquer cenário possível traria grandes mudanças para a estrutura da política internacional e que um conflito direto entre os dois grandes lados de uma possível guerra teria um potencial destrutivo e de risco de

perdas materiais e físicas muito elevado, ainda que a mesma não escalasse ao nível nuclear.

REFERÊNCIAS

BATTISTELLA, Dario. *Teoria das Relações Internacionais*. 4ª ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2014. 608 p.

BBC NEWS BRASIL. "Guerra na Ucrânia é catástrofe econômica, alerta Banco Mundial." BBC, 4 Mar. 2022.

BRASIL. *Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.* Decreto n.º 4.388, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, adotado em Roma, em 17 de julho de 1998. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 26 set. 2002. Seção 1, p. 3.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. *A evolução dos estudos de segurança internacional*. Tradução de Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 576 p. : il. ISBN 978-85-393-0266-6.

CHINA deve superar os EUA como maior economia do mundo em 2027, diz JP Morgan. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/china-deve-superar-os-eua-como-maior-economia-do-mundo-em-2027-diz-jp-morgan/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CHINA diz que apoiará “interesses fundamentais” da Rússia - 24/05/2023 - Mundo - Folha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/china-diz-que-apoiara-interesses-fundamentais-da-russia-em-reuniao-com-premie.shtml/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DEUTSCHE WELLE. "China, o contrapeso que faz a economia da Rússia não afundar." Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/economia/china-o-contrapeso-que-faz-a-economia-da-russia-nao-afundar,390b59d3036f93a563995696df0294786zz2ta51.html/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 30a edição. São Paulo: Saraiva, 2011. ISBN 978-85-02-10375-2. Data de fechamento da edição: 17-9-2010.

DADOS - MATRIZ ENERGÉTICA. Disponível em:

<<https://fgvenergia.fgv.br/dados-matriz-energetica/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GLOBAL FIRE POWER. Disponível em:

<<https://www.globalfirepower.com/active-military-manpower.php/>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

GLOBAL FIRE POWER. Disponível em:

<<https://www.globalfirepower.com/armor-tanks-total.php/>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

GLOBAL FIRE POWER. Disponível em:

<<https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php/>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GLOBAL FIRE POWER. Disponível em:

<<https://www.globalfirepower.com/defense-spending-budget.php/>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

GDP (current US\$). Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

Gasto militar global bate recorde em 2023 com aprofundamento das guerras em Gaza e na Ucrânia. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/20/gasto-militar-global-bate-recorde-em-2023-com-aprofundamento-das-guerras-em-gaza-e-na-ucrania.ghtml/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

HISTÓRICO DE PREÇOS PETRÓLEO BRENT - INVESTING.COM. Disponível em: <<https://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.* Tradução de Eleonora Magalhães de Gusmão. Editora Livraria Quaresma, Rio de Janeiro/RJ, 1945.

HOBBS, Thomas. *O Cidadão.* Tradução de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JR, F. “Série Energia”: Mais de 80% da matriz energética vêm de recursos fósseis. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/serie-energia-mais-de-80-da-matriz-energetica-vem-de-recursos-fosseis/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MARSHALL, Tim. *Prisioneiros da Geografia: Dez mapas que explicam tudo sobre o mundo.* Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 320 p.

MCCARTHY, S. China reforça parceria com Rússia durante reunião em Pequim. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/china-reforca-parceria-com-russia-durante-reuniao-em-pequim/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MEARSHEIMER, J. J. *The tragedy of great power politics.* New York, NY: WW Norton, 2001.

MEARSHEIMER, John J. *The false promise of international institutions.* International Security, v. 19, n. 3, p. 5-49, Winter 1994/1995. The MIT Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2539078>.

NATO. *NATO member countries.* Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52044.htm/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

No Conselho de Segurança, Rússia veta resolução contra anexação de áreas ucranianas. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/09/1803042/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Nuclear weapons: Who has what at a glance. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/factsheets/Nuclearweaponswhohaswhat/>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

OECD. Russia (RUS) Exports, Imports, and Trade Partners. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/rus/>>. Acesso em: 10 mai. 2024.

OLIVEIRA, J. J. Veja as economias mais afetadas pela guerra da Ucrânia, e Brasil está nessa. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/14/economias-mais-afetadas-pela-guerra-tem-paises-europeus-e-africanos.htm/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PIB da Rússia cresceu 3,6% em 2023, impulsionado por pedidos militares. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/02/07/pib-da-russia-cresceu-36-em-2023-impulsionado-por-pedidos-militares.htm/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PIB da Ucrânia desaba 29,1% em 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/04/13/pib-da-ucrania-desaba-291-em-2022.htm/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

UN PHOTO/LOEY FELIPE. Assembleia Geral aprova resolução que pede fim da guerra na Ucrânia. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2023/02/1810387/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

EURONEWS. O exército ucraniano tem falta de novos soldados para enviar para a linha da frente. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2023/12/19/o-exercito-ucraniano-tem-falta-de-novos-soldados-para-enviar-para-a-linha-da-frente/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

WALTZ, Kenneth Neal. *Theory of international politics*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1979.

WEBER, Max. *Política como vocação e ofício*. Tradução Gabriel Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.